

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº: 23ª Vara Cível da Comarca de Recife
0323504-7**

Agravante: TENÓRIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

Agravado: OSVALDO REINALDO EBBERS JÚNIOR

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. TEORIA MENOR. MERA INSOLVÊNCIA DA PESSOA JURÍDICA. APLICABILIDADE. INCIDÊNCIA DO CDC. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A desconsideração da personalidade jurídica possui duas teorias, segundo o ordenamento jurídico pátrio, entre as quais se encontra a “Teoria Menor”, em que é permitido alcançar o patrimônio pessoal dos sócios apenas comprovando a mera insolvência da empresa.
 2. Entretanto, referida teoria deve ser aplicada de forma restrita, abrangendo, tão somente, os casos de direito do consumidor e direito ambiental.
 3. Tratando-se o caso de aplicação da lei consumeirista, inclusive confirmado na sentença transitada em julgado, deve-se utilizar a Teoria Menor e, demonstrando nos autos a insolvência do Agravante, não há o que se falar em reforma da decisão ora recorrida.
2. Recurso Não Provido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0323504-7, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento ao agravo**, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 01 de Julho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº: 23ª Vara Cível da Comarca de Recife
0323504-7**

Agravante: TENÓRIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

Agravado: OSVALDO REINALDO EBBERS JÚNIOR

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO/VOTO

Cuida-se de Agravo Legal interposto contra Decisão Terminativa (fls. 94/95), que, nos autos do Agravo de Instrumento de mesmo número, negou provimento ao recurso interposto pela ora Agravante, mantendo, assim, a decisão interlocutória de 1º Grau que desconsiderou a sua personalidade jurídica para alcançar o patrimônio pessoal dos sócios.

Sustenta a Agravante, resumidamente, que há ausência dos requisitos autorizadores da referida desconsideração, dispostos no artigo 50, do Código Civil, além do que tal medida deve ser adotada em caráter excepcional, razão pela qual somente pode ser aplicada após o esgotamento dos demais meios de cobrança.

Ao final, requereu a reconsideração da Decisão Terminativa ou, caso negativo, que o feito seja levado à mesa para o devido conhecimento da Câmara e seu consequente provimento.

Por não vislumbrar a possibilidade do exercício de retratação, trago à consideração deste colegiado.

É o que tinha a relatar.

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

A decisão atacada fora lançada nos seguintes termos (fls. 94/95):

“DECISÃO TERMINATIVA

(..)

Analisando os autos, verifico que o Agravante baseia seus argumentos na ausência dos requisitos autorizadores para desconsideração da personalidade jurídica, com fundamento no art. 50 do Código Civil.

Ocorre que o ordenamento jurídico pátrio alberga duas teorias referentes à Desconsideração da Personalidade Jurídica, quais sejam, a Teoria Maior e a Teoria Menor.

No primeiro caso, na Teoria Maior, o STJ entende que é a regra de nosso sistema jurídico. Para a desconsideração, além do inadimplemento é necessário comprovar a fraude/abuso cometidos pelos sócios.

Por outro lado, na Teoria Menor, a mera insolvência da pessoa jurídica permite a desconsideração de sua personalidade. Esta teoria é aplicada de forma restrita, pois atinge somente o direito do consumidor e o direito ambiental.

Conforme se observa da decisão guerreada, bem como da sentença transitada em julgado, foram aplicadas, na solução da lide, as regras do Código consumerista, o que faz incidir a teoria Menor da Desconsideração da Personalidade Jurídica, *in verbis*:

Art. 28 - O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será

for

efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

(...)

§ 5º - Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores."

Assim, embora o Agravante, em sua peça recursal, tenha tentado confundir as duas Teorias mencionadas, restou indubitável o acerto da decisão impugnada com a imposição da desconsideração da personalidade jurídica.

Neste sentido:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DECOMPRA E VENDA DE IMÓVEL PROPOSTA CONTRA A CONSTRUTORA E SEUSSÓCIOS. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ART. 28, CAPUT E§ 5º, DO CDC. PREJUÍZO A CONSUMIDORES. INATIVIDADE DA EMPRESA POR MÁADMINISTRAÇÃO. 1. Ação de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel movida contra a construtora e seus sócios. 2. Reconhecimento pelas instâncias ordinárias de que, em detrimento das consumidoras demandantes, houve inatividade da pessoa jurídica, decorrente da má administração, circunstância apta, de per si, a ensejar a desconsideração, com fundamento no art. 28, caput, do CDC. 3. No contexto das relações de consumo, em atenção ao art. 28, § 5º, do CDC, os credores não negociais da pessoa jurídica podem ter acesso ao patrimônio dos sócios, mediante a aplicação da disregard doctrine, bastando a caracterização da dificuldade de reparação dos prejuízos sofridos em face da insolvência da sociedade empresária. 4. Precedente específico desta Corte acerca do tema (REsp. nº 279.273/SP, Rel. Min. ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ de 29.03.2004). 5. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. (STJ - REsp: 737000 MG 2005/0049017-5, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 01/09/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/09/2011)

Ante o exposto, com fulcro no § 1º, do art. 557, do Código de Processo Civil, NEGOU PROVIMENTO ao recurso de Agravo de Instrumento mantendo incólume a decisão atacada (...)"

Analisando a argumentação apresentada pelo Agravante, persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar a decisão açoitada.

Nesse toar, conforme claramente se percebe, a decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, com fundamento na legislação e jurisprudências aplicáveis ao caso concreto, voto no sentido de manter incólume a decisão hostilizada, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 01 de Julho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator